

Exame Final Nacional de Economia A

Prova 712 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2018

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

15 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

É permitido o uso de calculadora não alfanumérica, não programável.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a comunicação em língua portuguesa.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

GRUPO I

1. Considere as seguintes afirmações, relativas ao objeto de estudo das ciências sociais.

- I. A realidade social é constituída por múltiplas parcelas autónomas, sendo cada uma delas objeto de estudo de uma ciência social.
- II. As várias ciências sociais podem analisar, segundo perspetivas diferentes, os mesmos fenómenos sociais.
- III. As ciências sociais, na construção do seu conhecimento, podem utilizar contributos provenientes de outras ciências.

Selecione a opção que avalia corretamente as afirmações.

- (A) I e III são verdadeiras, II é falsa.
- (B) II é verdadeira, I e III são falsas.
- (C) III é verdadeira, I e II são falsas.
- (D) II e III são verdadeiras, I é falsa.

2. A utilização, por parte de uma família, de açúcar na confeção de uma sobremesa para o seu jantar constitui um exemplo de um

- (A) consumo intermédio.
- (B) consumo final.
- (C) consumo coletivo.
- (D) consumo público.

3. As contribuições sociais pagas à segurança social podem constituir

- (A) um emprego das famílias e um recurso das administrações públicas.
- (B) um recurso das empresas não financeiras e um emprego das instituições financeiras.
- (C) um emprego das administrações públicas e um recurso das famílias.
- (D) um recurso das instituições financeiras e um emprego das empresas não financeiras.

4. A direção de uma editora discográfica decidiu editar um CD de uma nova banda *rock* e está indecisa entre uma tiragem de 10 000 ou uma tiragem de 20 000 exemplares do CD, que serão vendidos a um preço unitário de 20 euros. A direção da editora decidiu pagar à referida banda um montante fixo de 6000 euros, bem como direitos de autor no valor de 1 euro por cada CD vendido.

A Tabela 1 apresenta os restantes custos de produção relativos à edição do CD.

Tabela 1 – Restantes custos de produção
(em euros)

| Custos por CD | |
|--|------|
| CD virgem | 0,7 |
| Caixa protetora | 0,2 |
| Papel, tinta e impressão da capa | 0,5 |
| Custos por tiragem | |
| Arrendamento do estúdio de gravação | 700 |
| Pagamento ao artista que elaborou a capa do CD | 1300 |

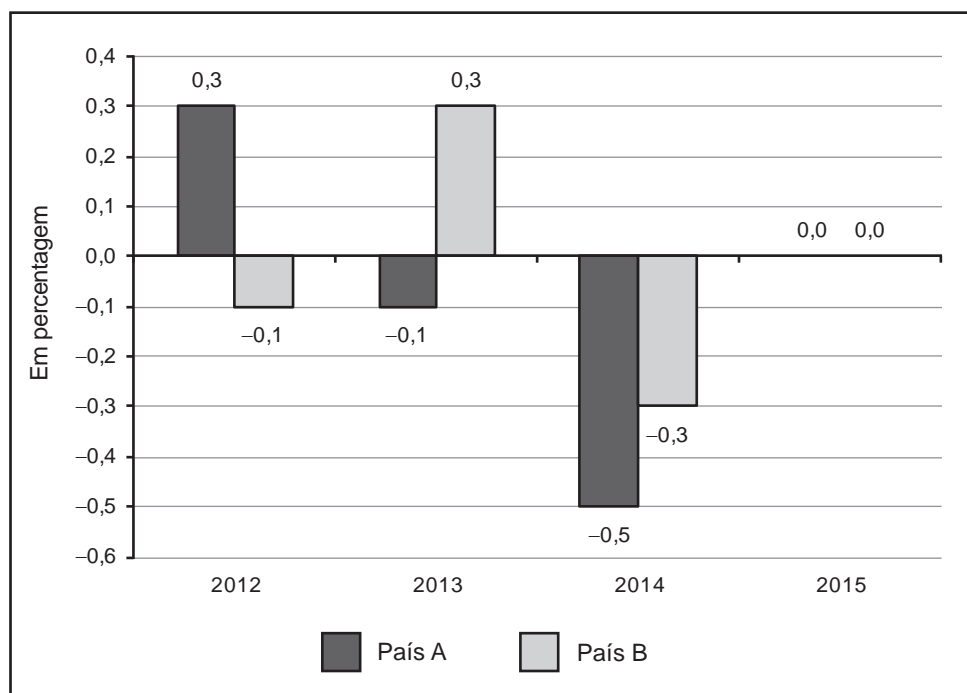
Considere que todos os exemplares do CD serão vendidos, quer se produzam 10 000, quer se produzam 20 000.

Com base nos dados apresentados, podemos afirmar que o custo médio de produção de cada CD seria

- (A) 2,4 euros, com uma tiragem de 20 000 exemplares.
(B) 1,4 euros, com uma tiragem de 20 000 exemplares.
(C) 3,2 euros, com uma tiragem de 10 000 exemplares.
(D) 1,6 euros, com uma tiragem de 10 000 exemplares.
5. Numa economia sem moeda, a troca de azeite por cenouras, por exemplo, exige a definição da quantidade de azeite necessária para obter um quilograma de cenouras. Neste contexto, se afirmarmos que a introdução da moeda simplificaria o processo de atribuição de valor aos bens, estaremos a fazer uma afirmação
- (A) falsa, relacionada com a função da moeda designada por entesouramento.
(B) falsa, relacionada com a função da moeda designada por meio de pagamento.
(C) verdadeira, relacionada com a função da moeda designada por reserva de valor.
(D) verdadeira, relacionada com a função da moeda designada por medida de valor.

6. O Gráfico 1 apresenta, para os países A e B, dados relativos à taxa de variação anual do índice de preços no consumidor, no período de 2012 a 2015.

Gráfico 1 – Taxa de variação anual do índice de preços no consumidor
(em %)



Considere que, em 2011, o nível médio de preços no país A era igual ao nível médio de preços no país B, custando o cabaz de compras, representativo do consumo anual médio de uma família, 10 000 euros em cada um desses países.

Com base na situação descrita, podemos afirmar que

- (A) o nível médio de preços no país A foi igual ao nível médio de preços no país B, em 2015.
 - (B) o nível médio de preços no país B, em 2012, foi igual ao nível médio de preços no país A, em 2013.
 - (C) o nível médio de preços no país A foi inferior ao nível médio de preços no país B, em 2014.
 - (D) o nível médio de preços no país B, em 2013, foi inferior ao nível médio de preços no país A, em 2014.
7. Os diretores executivos de uma empresa produtora de pranchas de *surf* decidiram adquirir uma nova máquina para aumentar a capacidade de produção, tendo utilizado lucros não distribuídos, para pagar 70% do valor da compra, e um empréstimo bancário, para pagar os restantes 30%.

Nestas condições, a aquisição da máquina foi financiada, respetivamente, através do recurso

- (A) a um financiamento externo direto e a um financiamento externo indireto.
- (B) a um autofinanciamento e a um financiamento externo indireto.
- (C) a um autofinanciamento e a um financiamento externo direto.
- (D) a um financiamento externo indireto e a um financiamento externo direto.

8. Em 2016, num determinado país, a taxa de variação anual do rendimento disponível dos particulares foi negativa. Esta evolução do rendimento disponível dos particulares, em 2016, face a 2015, resultou
- (A) da redução do valor dos impostos diretos ocorrida nesse período, considerando-se constantes as restantes componentes do rendimento disponível dos particulares.
 - (B) da redução do valor dos impostos indiretos ocorrida nesse período, considerando-se constantes as restantes componentes do rendimento disponível dos particulares.
 - (C) do aumento do valor das remessas dos imigrantes nesse país registado nesse período, considerando-se constantes as restantes componentes do rendimento disponível dos particulares.
 - (D) do aumento do valor das remessas dos emigrantes desse país registado nesse período, considerando-se constantes as restantes componentes do rendimento disponível dos particulares.
9. Na Coluna A, apresentam-se três estruturas do mercado e, na Coluna B, cinco características de estruturas do mercado.

| Coluna A | Coluna B |
|--|--|
| <p>I. Concorrência monopolística</p> <p>II. Oligopólio</p> <p>III. Monopólio</p> | <p>a. Poucos vendedores de um bem homogéneo</p> <p>b. Muitos consumidores de um bem com substitutos próximos</p> <p>c. Bem oferecido no mercado sem substitutos próximos</p> <p>d. Muitos vendedores sem capacidade de influenciar o preço de mercado</p> <p>e. Muitos consumidores de um bem diferenciado</p> |

Selecione a opção que associa cada estrutura do mercado a uma característica válida.

- (A) I-a; II-b; III-e
- (B) I-b; II-a; III-c
- (C) I-d; II-b; III-a
- (D) I-e; II-d; III-c

10. A Tabela 2 apresenta, para um determinado país, dados retirados do sistema de contas nacionais, em 2016 e em 2017.

Tabela 2 – Componentes da procura global

| | Peso (em % do PIB) | Taxa de variação nominal anual (em %) |
|--------------------------------|------------------------------|---|
| | 2016 | 2017 |
| Consumo privado | 66,5 | -5,6 |
| Consumo público | 20,0 | -2,4 |
| Formação bruta de capital | 17,8 | -13,7 |
| Exportações de bens e serviços | 35,8 | 3,3 |

Considere que a taxa de variação nominal anual do produto interno bruto (PIB), em 2017, foi -3,2%.

Com base nos dados apresentados, podemos afirmar que as duas componentes da procura global cujo peso no PIB aumentou, em 2017, face a 2016, foram

- (A) a formação bruta de capital e as exportações de bens e serviços.
- (B) a formação bruta de capital e o consumo privado.
- (C) o consumo público e as exportações de bens e serviços.
- (D) o consumo público e o consumo privado.

11. A Tabela 3 apresenta dados relativos à taxa de desemprego, em Portugal, em 2013 e em 2014.

Tabela 3 – Taxa de desemprego
(em %)

| | Total | Homens | Mulheres | Jovens (15-24 anos) |
|------|--------------|---------------|-----------------|-------------------------------|
| 2013 | 16,2 | 16,0 | 16,4 | 38,1 |
| 2014 | 13,9 | 13,5 | 14,3 | 34,8 |

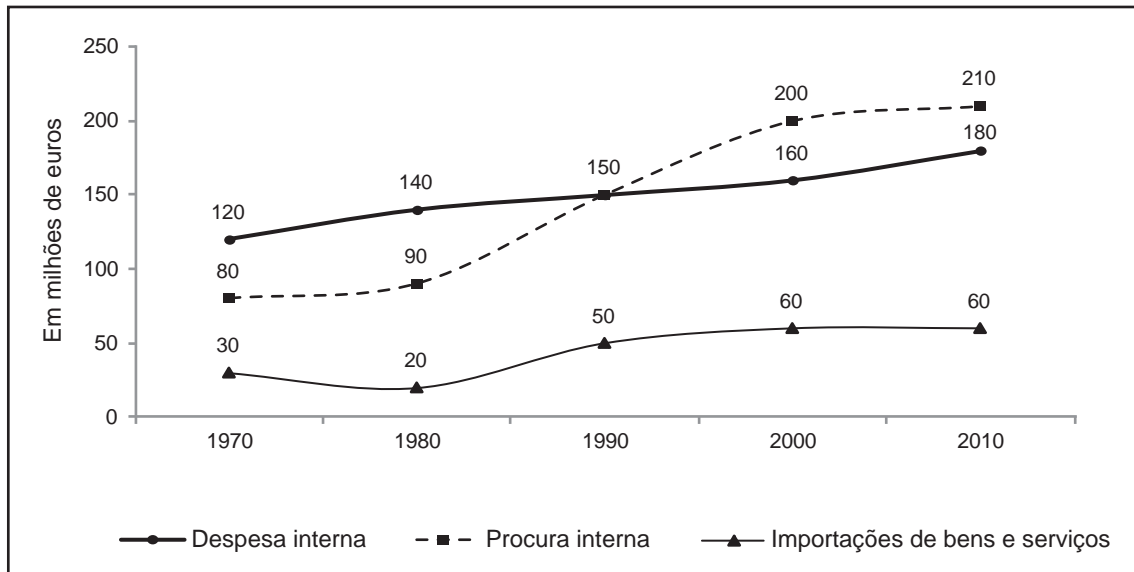
Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal, 2015*,
in www.ine.pt (consultado em janeiro de 2018) (adaptado).

Com base nos dados apresentados na Tabela 3, podemos afirmar que, em Portugal,

- (A) em 2014, face a 2013, o número total de desempregados registou uma taxa de variação de -2,3%.
- (B) em 2013, por cada 1000 indivíduos ativos jovens, existiam 381 desempregados jovens.
- (C) em 2013, por cada 1000 mulheres residentes, existiam 164 mulheres desempregadas.
- (D) em 2014, face a 2013, a taxa de desemprego dos homens registou uma taxa de variação de -2,5%.

12. O Gráfico 2 apresenta dados retirados do sistema de contas nacionais de um determinado país, no período de 1970 a 2010.

Gráfico 2 – Indicadores das contas nacionais, calculados em termos nominais



- 12.1. Com base no Gráfico 2, podemos afirmar que, nesse país, em 2010, o valor da taxa de cobertura das importações de bens e serviços pelas exportações de bens e serviços foi
- (A) superior ao valor registado em 1970.
 - (B) superior ao valor registado em 1980.
 - (C) inferior ao valor registado em 1990.
 - (D) inferior ao valor registado em 2000.
- 12.2. Com base no Gráfico 2, podemos afirmar que, nesse país, a taxa de variação nominal da procura interna foi
- (A) 64,3%, em 1980, face a 1970.
 - (B) 5,0%, em 2010, face a 2000.
 - (C) 6,7%, em 2000, face a 1990.
 - (D) 40,0%, em 1990, face a 1980.

13. A Tabela 4 apresenta os valores das taxas de câmbio publicados pelo Banco de Portugal, para o dia 31 de outubro de 2017. Cada uma dessas taxas de câmbio representa a quantidade de moeda estrangeira que pode ser trocada por um euro. A Tabela 5 apresenta o preço do bem X, expresso em unidades monetárias de cada um dos países exportadores para a economia portuguesa.

Tabela 4 – Taxa de câmbio

| Dia-mês-ano | Franco suíço | Dólar canadiano | Libra esterlina | Coroa checa |
|-------------|--------------|-----------------|-----------------|-------------|
| 31-10-2017 | 1,1622 | 1,5004 | 0,87853 | 25,669 |

Banco de Portugal, *in* www.bportugal.pt
(consultado em novembro de 2017) (adaptado).

Tabela 5 – Preço do bem X

| Dia-mês-ano | Em francos suíços | Em dólares canadianos | Em libras esterlinas | Em coroas checas |
|-------------|-------------------|-----------------------|----------------------|------------------|
| 31-10-2017 | 150,00 | 180,00 | 110,00 | 1750,00 |

Com base nos dados das tabelas, podemos afirmar que, no dia 31 de outubro de 2017, seria mais vantajoso, para uma empresa residente em Portugal, importar o bem X

- (A) do Canadá.
 - (B) da Suíça.
 - (C) do Reino Unido.
 - (D) da República Checa.
14. As autoridades de um determinado país, respondendo às solicitações dos produtores nacionais de cereja, decidiram atribuir-lhes um subsídio por tonelada de cereja produzida. Este subsídio possibilitou aos produtores nacionais reduzirem o preço de venda da cereja nos diversos mercados. Esta medida, implementada pelo Estado, insere-se numa política comercial
- (A) protecionista, ao aumentar a capacidade de venda dos produtores nacionais de cereja, nos mercados interno e externo.
 - (B) protecionista, ao aumentar a quantidade transacionada de cereja pelos produtores do resto do mundo no mercado interno.
 - (C) de livre comércio, ao possibilitar a aquisição de cereja, pelos consumidores nacionais, a um preço mais baixo.
 - (D) de livre comércio, ao possibilitar a aquisição de cereja, pelos consumidores do resto do mundo, a um preço mais baixo.

15. As emissões radiofónicas, num determinado país, são consideradas bens públicos. Estas emissões apresentam como características:
- 1) o facto de permitirem que a utilização por mais um ouvinte não afete a utilização pelos restantes;
 - 2) o facto de não ser possível cobrar um preço a cada um dos ouvintes.

As características dos bens públicos acima descritas levam a que estes bens sejam considerados, respetivamente, bens

- (A) não rivais e não excluíveis.
- (B) não excluíveis e não rivais.
- (C) não excluíveis e rivais.
- (D) não rivais e excluíveis.

16. A Tabela 6 apresenta dados relativos às receitas fiscais provenientes dos impostos indiretos em Portugal, no período de 2002 a 2006.

Tabela 6 – Receitas fiscais provenientes dos impostos indiretos

| | Taxa de variação anual (em %) | | |
|------|---|--|---------------------------|
| | Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | Outros impostos indiretos |
| 2002 | 27,9 | 11,0 | 4,8 |
| 2003 | 7,3 | 6,1 | -2,0 |
| 2004 | 0,6 | -2,1 | -1,6 |
| 2005 | 1,0 | 12,9 | 12,8 |
| 2006 | 1,7 | 6,3 | 7,5 |

Ministério da Economia, *Indicadores de Atividade Económica*, 13 de setembro de 2017, in www.gee.min-economia.pt (consultado em outubro de 2017) (adaptado).

Com base nos dados apresentados na Tabela 6, podemos afirmar que, em Portugal,

- (A) em 2003, a receita fiscal do ISP foi inferior à receita fiscal desse mesmo imposto em 2002.
- (B) em 2004, a receita fiscal dos outros impostos indiretos foi superior à receita fiscal desses mesmos impostos em 2002.
- (C) em 2006, a receita fiscal do IVA foi superior à receita fiscal desse mesmo imposto em 2005.
- (D) em 2005, a receita fiscal dos outros impostos indiretos foi inferior à receita fiscal desses mesmos impostos em 2003.

17. A Tabela 7 apresenta dados das exportações de mercadorias portuguesas para a União Europeia a 27 Estados-Membros (UE-27) e para os restantes países (Extra-UE), em 2015 e em 2016.

Tabela 7 – Exportações de mercadorias portuguesas

| | Peso (em % do total) | | Taxa de variação anual (em %) | |
|------|-------------------------|----------|----------------------------------|----------|
| | UE-27 | Extra-UE | UE-27 | Extra-UE |
| 2015 | 72,7 | 27,3 | 6,0 | -3,2 |
| 2016 | 75,1 | 24,9 | 4,2 | -8,2 |

Ministério da Economia, *Indicadores de Atividade Económica*, 1 de março de 2018, in www.gee.min-economia.pt (consultado em março de 2018) (adaptado).

Tendo em conta que, em 2015, o valor total das exportações de mercadorias portuguesas foi 49 mil milhões de euros, considere a seguinte afirmação, relativa à Tabela 7.

Em 2015, o valor das exportações de mercadorias portuguesas para a União Europeia a 27 Estados-Membros foi, aproximadamente, _____ mil milhões de euros e, em 2016, foi, aproximadamente, _____ mil milhões de euros.

Selecione a opção que completa corretamente a afirmação anterior.

- (A) 72,7 ; 75,1
- (B) 35,6 ; 37,1
- (C) 35,6 ; 36,8
- (D) 72,7 ; 75,8

18. As formas de integração económica designadas por união aduaneira e por união económica apresentam características comuns, como a existência de

- (A) liberdade de circulação de capitais e de serviços entre os Estados-Membros.
- (B) liberdade de circulação de pessoas e de serviços entre os Estados-Membros.
- (C) uma pauta exterior comum aplicada sobre a exportação de mercadorias para países terceiros.
- (D) uma pauta exterior comum aplicada sobre a importação de mercadorias de países terceiros.

GRUPO II

1. Leia o texto.

Considere que um jovem, apesar de ter obtido uma bolsa de estudo para frequentar um curso universitário, continua indeciso entre estudar ou exercer uma atividade profissional. Estas duas opções implicam despesas mensais de igual valor. O benefício da decisão de frequentar o ensino universitário traduz-se no seu enriquecimento intelectual e nas melhores oportunidades de emprego ao longo de toda a vida. Mas qual é o custo dessa decisão? O jovem estudante, ao passar um ano a frequentar as aulas, a estudar e a fazer trabalhos académicos, fica impedido de ter um emprego por falta de tempo. Para este estudante, os salários não recebidos, para poder frequentar o curso, são o principal custo da sua educação.

Baseado em: N. Gregory Mankiw, *Introdução à Economia*, 2.^a edição, Rio de Janeiro, Elsevier, 2001, pp. 5-6.

Explicite o conceito de custo presente no texto, relacionando-o com a escassez.

Na sua resposta, comece por identificar esse conceito.

2. A Tabela 8 apresenta alguns dados relativos à utilização do rendimento das famílias, num determinado país, em 2016.

Tabela 8 – Indicadores da utilização do rendimento

| | |
|--|----------|
| Poupança em % do rendimento disponível médio | 5,0 |
| Coefficiente orçamental das despesas em consumo alimentar (em %) | 12,0 |
| Despesas em consumo não alimentar (em euros) | 20 900,0 |

Calcule, com base nos dados da Tabela 8, o valor do rendimento disponível médio das famílias, em 2016.

Na sua resposta, apresente as fórmulas usadas e os cálculos efetuados.

3. O Gráfico 3 representa o mercado de concorrência perfeita do bem Y, num determinado momento. Posteriormente, o aumento do preço de transação do bem X provocou uma deslocação da curva da procura do bem Y, da posição B para a posição B1, conforme representado no Gráfico 4.

Gráfico 3 – Mercado do bem Y

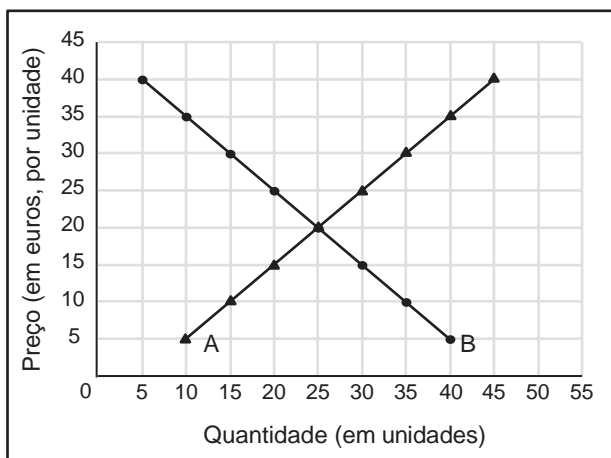
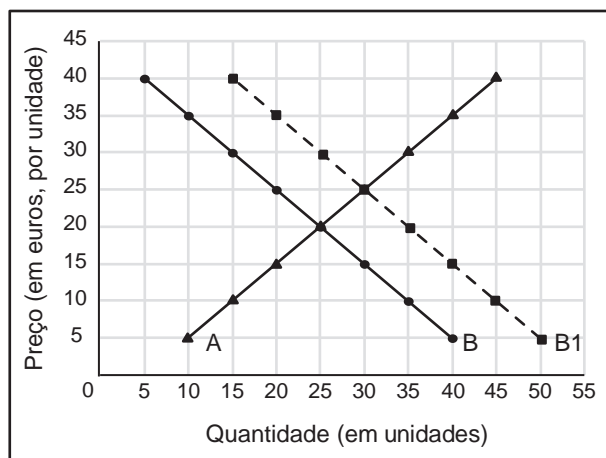


Gráfico 4 – Mercado do bem Y



3.1. Classifique, com base na situação descrita, os bens X e Y quanto às suas relações recíprocas.

3.2. Descreva, com base nos gráficos apresentados, o efeito do aumento do preço do bem X sobre o mercado do bem Y, explicitando:

- a situação inicial de equilíbrio existente no mercado do bem Y;
- a situação de desequilíbrio, no mercado do bem Y, para o preço de equilíbrio inicial, gerada pelo aumento do preço do bem X;
- a nova situação de equilíbrio no mercado do bem Y.

GRUPO III

1. Os dados apresentados nas tabelas 9 e 10 referem-se às economias portuguesa e irlandesa, em 2015 e em 2016.

Tabela 9 – Dívida pública em % do produto interno bruto (PIB)

| | Portugal | Irlanda |
|------|-----------------|----------------|
| 2015 | 129,0 | 78,7 |
| 2016 | 130,4 | 75,4 |

Tabela 10 – Taxa de variação nominal anual do PIB e da dívida pública, em 2016 (em %)

| | Portugal | Irlanda |
|----------------|-----------------|----------------|
| PIB | 3,0 | 5,2 |
| Dívida pública | 4,1 | -0,4 |

Eurostat, in <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu> (consultado em novembro de 2017) (adaptado).

Justifique, com base nos dados fornecidos, a evolução da dívida pública em percentagem do PIB em Portugal e na Irlanda, em 2016, face a 2015.

2. Leia o texto.

Acabaram de bater no carro do João. A seguradora do outro condutor terá de pagar a reparação do carro do João. O outro condutor terá de pagar mais pelo seguro todos os anos e será obrigado a comprar um carro novo. Umas semanas depois, o João terá ainda de ir ao hospital, pois a dor no braço persiste desde o acidente. Se calhar, um dos dois ainda decide contratar um advogado e ir a tribunal. Parece um cenário medonho, mas veja o lado positivo: sem se aperceberem, ambos acabaram de dar um contributo importante para o produto interno bruto (PIB) do país.

Nuno Aguiar, *Os Números da Nossa Vida*, 1.ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015, p. 33 (texto adaptado).

Justifique o contributo do acidente referido no texto para o PIB do país, considerando-se tudo o resto constante.

3. Leia o texto.

Se o livre comércio é assim tão maravilhoso, por que motivo os decisores políticos oferecem tanta resistência à liberalização do comércio externo? A razão é que, embora o comércio livre beneficie a economia como um todo, há grupos específicos que não são beneficiados. Quando um país abre o mercado dos computadores ao comércio internacional, os consumidores nacionais poderão aceder a uma maior quantidade de computadores a um preço mais baixo. Contudo, nesse país, os produtores de computadores poderão ser penalizados pelo livre comércio, bem como alguns dos trabalhadores desse ramo de atividade, considerando-se tudo o resto constante.

Robert H. Frank e Ben Bernanke, *Princípios de Economia*, 1.^a edição, Lisboa, McGraw-Hill, 2003, p. 779 (texto adaptado).

Explicita, com base no texto, as razões pelas quais, nesse país, os produtores de computadores e os trabalhadores desse ramo de atividade poderão ser penalizados pelo livre comércio.

FIM

COTAÇÕES

| Grupo | Item | | | | Cotação (em pontos) |
|--------------|---------------------|----|------|------|---------------------|
| | Cotação (em pontos) | | | | |
| I | 1. a 18. | | | | 133 |
| | 19 x 7 | | | | |
| II | 1. | 2. | 3.1. | 3.2. | 37 |
| | 10 | 10 | 7 | 10 | |
| III | 1. | 2. | 3. | | 30 |
| | 10 | 10 | 10 | | |
| TOTAL | | | | | 200 |

Prova 712

2.^a Fase

VERSÃO 1